

Distr.
RESTRINGIDA

LC/R.1414
25 de julio de 1994

ORIGINAL: PORTUGUES

CEPAL
Comissão Económica para América Latina e Caribe

**AGROINDUSTRIA: ARTICULAÇÃO COM OS MERCADOS E CAPACIDADE DE
INTEGRAÇÃO SOCIO-ECONÔMICA DA PRODUÇÃO FAMILIAR**

Este documento foi preparado por John Wilkinson, consultor da Unidade de Desenvolvimento Agrícola da Divisão de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial, en el marco del proyecto "Formulação de Políticas para a Transformação da Produção Agrícola na América Latina e Caribe, conforme o convenio de cooperação firmado entre a CEPAL e o Governo da Holanda. As opinioes expressas neste trabalho sao de exclusiva responsabilidade do autor e podem nao coincidir com aqueles da Organização.

94-7-943

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
UMA TIPOLOGIA E UMA PERIODIZAÇÃO.....	7
REFLEXÕES SOBRE A DINÂMICA DA INTEGRAÇÃO.....	17
LIMITES E POTENCIAL DA INTEGRAÇÃO.....	31
TENDÊNCIAS DA NOVA CONJUNTURA.....	37
CONCLUSÃO.....	45
BIBLIOGRAFIA.....	47

INTRODUÇÃO

A agroindústria, sob várias denominações - *filière*, complexo agroindustrial, cadeia agroindustrial, agronegócios - tem sido estudado exhaustivamente durante os últimos quinze anos na América Latina e por mais de trinta anos nos países industrializados. O tema abrange enfoques disciplinares diversos - antropologia, geografia, economia, política, - e a exploração de problemáticas diversas - desenvolvimento regional, poder económico, relações intersectoriais, dinâmica de formas de organização agrícola, progresso técnico, contratualização x mercados. (Vigorito R., 1977, Arroyo G. & Rama R. 1978, Sorj, B. 1980, Davis, J.H. Goldberg, R., 1957, Malassis, L. 1986, Porto, L. 1990, Muller, G., 1990, Graziano da Silva, J. 1991)

O debate em torno da agroindústria tenta redefinir a discussão mais tradicional das relações setoriais entre a agricultura e a indústria sob a rubrica das funções da agricultura (liberação de mão-de-obra, divisas, alimentos baratos, mercado interno para a indústria). Em termos mais genéricos, o complexo agroindustrial denota o processo pelo qual a agricultura se transforma num espaço de investimento do setor industrial-financeiro. A nível técnico-produtivo a noção de agroindústria aponta para a forma em que a agricultura é submetida à industrialização de diversas

fases do seu ciclo produtivo. Assim, foram constituídas distintas indústrias a montante (maquinas, insumos, sementes) e a jusante (primeiro processamento, insumos industriais, industria alimentar) que agora intermedia a relação entre a agricultura e o mercado. (Goodman, D. Sorj, B. & Wilkinson, J. 1987)

A agroindustria em sentido estrito refere-se ao setor de transformação do produto agrícola. Para estender o conceito às rubricas agrícolas *in natura* a agroindustria pode ser entendida como o conjunto das atividades que agregam valor ao produto agrícola até chegar no processo de distribuição propriamente dito. Aqui porém as fronteiras se afrouxam na medida em que haja uma maior ou menor integração das fases de comercialização e até de terciarização a nível do varejo.

Por outro lado, exigências técnicas e mercadológicas levam a agroindustria a ocupar espaços a montante (fornecimento ou intermediação de insumos e maquinária) e a intervir na própria organização agrícola (fomento e assistência técnica). As distintas etapas de produção a jusante podem ser desdobradas em industrias distintas ou serem coordenadas na forma de integração vertical na mesma empresa.

A agroindustria de transformação talvez ainda é o elo estratégico entre a agricultura e o mercado mas ela deve agir num contexto em que as industrias a montante tem as suas próprias estratégias de crescimento e onde a grande distribuição intervem cada vez mais

direta ou indiretamente na determinação do padrão de produção agrícola. (Green, R., 1992)

Assim, a industrialização de atividades agrícolas e rurais que desemboca no conjunto de indústrias que formam o complexo agroindustrial é um processo altamente dinâmico. Por um lado, a intractabilidade de muitos aspectos da agricultura à consolidação de claras economias de escala imprimiu uma forte heterogeneidade à organização da produção agrícola e portanto às forças sociais no campo. Por outro, avanços científicos e oportunidades tecnológicas pressionam no sentido de redefinir os distintos espaços industriais: i) entre os setores a montante e/ou a jusante; ii) na própria divisão a montante/a jusante; e iii) entre as distintas cadeias agroindustriais.

As peculiaridades da atividade agrícola - o alto grau de incerteza, o ritmo do processo produtivo - e o carácter de bem público de uma importante parcela das inovações biológicas relevantes para o setor, fazem com que o setor público exerça tradicionalmente uma forte presença, tanto em termos de regulação como de pesquisa. Assim, a dinâmica agroindustrial situa-se num ambiente fortemente institucional.

Seguindo os termos de referência deste paper vamos concentrar a nossa atenção na agroindústria de transformação, mas a avaliação do seu potencial de articular a agricultura com o mercado e de promover a integração econômica-social nos levará a situa-lo como um componente do complexo processo de desdobramento da

agricultura numa articulação de atividades rurais, industriais e comerciais que intermediam a produção agrícola e o consumo agroindustrial e alimentar.

A agroindústria, neste sentido, não apresenta-se portanto simplesmente como uma opção adicional de renda para o produtor agrícola - ou como uma ameaça de subordinação, dependendo da ótica do pesquisador. Pelo contrário, a agroindústria representa a forma de modernização da própria agricultura.

UMA TIPOLOGIA E UMA PERIODIZAÇÃO

Na introdução, notamos a forte heterogeneidade da organização da produção agrícola no que diz respeito às economias de escala e ao padrão tecnológico. Enquanto a especificidade do produto agrícola imprime uma trajetória tecnológica própria e muitas vezes exclusiva a cada cadeia, a frequente neutralidade em termos de escala na produção agrícola pode levar a uma grande variação de formas de produção na mesma cadeia.

Cinco tipos básicos de articulação "agricultura-agroindústria" podem ser identificados. Embora certas especificidades de uma cadeia podem favorecer um tipo - por exemplo indivisibilidades tecnológicas levando a um modelo de integração total - estes cinco tipos podem ser encontrados na mesma cadeia.

O primeiro tipo pode ser chamado de agroindústria artesanal. Os exemplos mais típicos aqui são as casas de farinha, as queijarias os abatedouros, os moinhos coloniais e as pequenas destilarias. Este tipo de agroindústria, na sua forma tradicional, representa um simples prolongamento da produção agrícola no intuito de adequá-lo ao consumo ou preservá-lo para consumo futuro. Assim, ele adota uma relação passiva frente a agricultura, adaptando-se em termos de localização e tamanho à estrutura de oferta. Como

consequência este tipo de agroindústria é um repositório de técnicas tradicionais que reforça o padrão tecnológico existente na agricultura. As pressões de modernização tecnológica se fazem sentir através da regulação sanitária que leva regra geral à clandestinidade ou ao fechamento. O potencial de modernização desta agroindústria artesanal é de difícil avaliação porque as políticas dirigidas diretamente ao setor tem sido basicamente punitivas na forma de regulação sanitária. Por outro lado, a política agroindustrial tem estimulado a oligopolização dos mercados ou pela via das multinacionais ou pelo fomento de grandes estruturas nacionais (públicas ou privadas).

Três fatores podem reverter parcialmente este quadro favorecendo a modernização do que resta deste setor: i) novos padrões de consumo favorecendo produtos naturais ou visando mercados de nicho (produtos orgânicos etc); ii) relações de sub-contratação a partir da tendência de terceirização; iii) adoção de estratégias competitivas para os mercados de mais baixa renda, beneficiando-se da banalização de tecnologias de processo (salchichas, frango inteiro, embutidos).

O segundo tipo é a agroindústria de integração, o tipo ideal da agroindústria para os termos de referência deste paper. A ideia de integração aponta para uma relação de contratualização entre a agroindústria e a agricultura - em forma implícita, verbal ou por escrito. Em geral estas agroindústrias são dimensionadas ou se organizam estrategicamente em função do potencial do mercado.

Tipicamente elas tem uma postura intervencionista em relação à agricultura ativamente organizando as suas bases de fornecimento. No mínimo estas integradoras promovem a ampliação da produção e regra geral elas estimulam a modernização tecnológica. Estas integradoras tradicionalmente não entram diretamente na agricultura e a produção própria funciona mais com uma garantia contra falhas no abastecimento e/ou como mecanismo de poder econômico.

A agroindustria de integração demonstra uma "afinidade eletiva" com a produção familiar como parceiro agrícola. Estratégias de fomento são o veículo de transferência de tecnologia e neste processo a integradora assume muitas vezes as funções da agroindustria a montante. Embora em certos casos as vantagens da produção familiar são facilmente identificáveis (trabalho intensivo que exige cuidados especiais e/ou horas inconvenientes), a integração pode ser igualmente entendida como um recurso que permite poupar grandes imobilizações de capital e implica num invejável poder de barganha na formação de preços.

A relação com a agricultura é geralmente muito dinâmica no aprimoramento da base técnica levando a um processo de "seleção-exclusão" de integrados. Em muitos rúbricos porém o progresso técnico tem a produção familiar como parâmetro e a integradora controla os processos de concentração. Nesta maneira ela aproveita também das sinergias entre o produto de integração e o conjunto das atividades da propriedade agrícola - baixo custo de

oportunidade de trabalho, uso de sub-produtos - o que permite simultaneamente diluir o impacto de gastos fixos e pressionar para baixo a receita da atividade de integração. Apesar desta forte assimetria e dentro dos limites da dinâmica aqui esboçada, a integração apresenta-se como um fator de consolidação da produção familiar como componente da modernização do sistema alimentar e agroindustrial. (ver também Morales, C., 1993)

A agroindústria de produção própria seria o terceiro tipo de relação entre a agroindústria e a agricultura. Trata-se aqui de um empreendimento fundamentalmente industrial onde as oportunidades de mercado esbarram na inadequação de fontes disponíveis de abastecimento de matéria prima ou onde as vantagens de localização sobrepoem-se à existência ou não de uma base agrícola adequadamente dimensionada. A produção própria porém imobiliza importantes recursos e pode limitar o potencial de crescimento destas firmas. Tipicamente portanto seriam firmas de porte médio localizadas perto de grandes centros consumidores ou em regiões onde a atividade representa uma inovação em termos de insumos agrícolas. Embora possam ser modestas em termos de tamanho industrial, estas firmas promovem um modelo de produção agrícola nitidamente empresarial e geralmente fechado com pouco poder de difusão.

Uma exceção seria no caso de empreendimentos inovadores em regiões novas onde a empresa precisa substituir o Estado para

viabilizar a sua iniciativa - infraestrutura, energia, educação, saúde. Neste contexto, pode haver inclusive a difusão da cultura, tanto por outras empresas como no fornecimento de matéria prima.

O quarto tipo, a agroindústria dissociada de bases agrícolas específicas, diz respeito à agroindústria que transforma *commodities*, produtos homogêneos e padronizados, cuja disponibilidade é assegurada pelo mercado, geralmente organizado internacionalmente e regulado pela bolsa. Muitas vezes o acesso a matéria prima é via importações. Assim grande parte da atividade agroindustrial pode estar dissociada das bases agrícolas específicas, exercendo uma influência indiretamente por um lado pela evolução da demanda e por outro pelas regulações sobre qualidade (sistemas de classificação/níveis de tolerância sanitária e bacteriológica).

Tradicionalmente a agricultura que abastece esta agroindústria caracteriza-se pelos tipos "plantação" ou "monocultura e alta mecanização". Muito embora a empresa familiar tenha um peso importante nesta última rubrica, trata-se de uma opção numericamente muito limitada com altas barreiras à entrada.

Duas tendências básicas da conjuntura atual - i) globalização/liberalização e ii) segmentação de mercados e novos padrões de consumo - apontam para trajetórias divergentes em relação à articulação com a agricultura. A abertura de mercados ameaça desorganizar complexos agroindustriais estruturados em bases

domésticas. A depender da natureza das importações, os setores mais diretamente afetados podem ser respectivamente - a agricultura, o setor de esmagamento/processamento e o próprio setor de produtos finais.

Por outro lado, a mudança nos padrões de consumo passa pela segmentação dos mercados, exigindo maior especificação da matéria prima. Assim, alguns sectores de *commodities* - grãos e oleaginosos - começam a ser organizados em forma de integração. Óleos e grãos com novos teores nutricionais ou qualidades industriais exigem *identity preservation* o que leva a contratualização com a agricultura e controle sobre os processos de pos-colheita. As estratégias agroindustriais das firmas de agrobiotecnologia encaminham neste sentido. Esta forma de contratação pode levar à difusão controlada de avanços tecnológicos mas as vezes limita-se à distribuição de novas variedades de sementes e mudas. Num contexto de saturação dos mercados tradicionais de *commodities* e de diminuição nos níveis de subsídios, a segmentação dos mercados, com a sua perspectiva de preços *premios*, oferece uma forte atração para os produtores de cereais e oleaginosos. Assim podemos prever um avanço de mecanismos de integração neste tradicional reduto das *commodities*. (Sorj, B. & Wilkinson, J., 1990)

Problemas no abastecimento de insumos podem levar à mesma tendência - como no caso de rações para o setor de carnes brancas onde ha exemplos de contratos de integração para o milho. Aqui

porém trata-se mais de uma resposta à uma evolução desfavorável de fontes de abastecimento e implicaria ao máximo numa difusão de formas mais eficientes de sistemas de produção já difundidos.

Por último, temos a agroindustrialização a partir da agricultura.

Neste caso a própria agricultura verticaliza para frente no intuito de valorizar a sua produção agrícola. No caso clássico da pequena e média agricultura, este movimento toma a forma de cooperativismo. Uma vez consolidado, o elo agroindustrial de cooperativismo assume a dinâmica das empresas integradoras, embora a sua ligação com o conjunto dos sócios diminua a sua flexibilidade em comparação com esta última a respeito de patamares mínimos de produtividade e escala. Por exibir maior comprometimento com os "excluíveis" o cooperativismo ocupa um papel estratégico na problemática de integração socio-económica.

Na produção em grande escala de cereais e oleaginosos a verticalização agroindustrial representa uma alternativa à queda de rentabilidade das *commodities*. Grandes produtores, individualmente ou em associação, investem em plantas esmagadoras e abatedouros para internalizar os ganhos de transformação destas culturas em proteína animal. As escalas de produção agrícola que viabilizam a industrialização, tanto permitem como exigem escalas apropriadas nos ramos da pecuária escolhidos - avicultura ou suinocultura. Esta forma de agroindustrialização portanto favorece escalas de produção que concorrem com o modelo das

integradoras em articulação com a produção familiar discutidas acima - concorrendo tanto contra as integradoras quanto contra a produção familiar deses rubros.

Se em cada período variações em torno destas cinco tipologias de articulação entre a agroindustria e a agricultura podem ser encontradas, medidas institucionais - políticas agrícolas e agrárias - podem imbutir um forte viés a favor de um ou outro modelo. Igualmente, a inovação tecnológica junto com a evolução do mercado podem abrir oportunidades para reformular as relações entre os distintos atores da cadeia e entre as várias cadeias, levando à possibilidade de redistribuir as funções ao longo da cadeia, revertendo inclusive as relações entre a agricultura e a industria.

Destas considerações entre tipologias e a dinâmica tecnológica, institucional e mercadológica podemos extrair duas conclusões básicas:

i) existe um grau importante de indeterminação tanto nas formas de organização da produção agrícola como na dinâmica agroindustrial. Assim, as formas de articulação que predominam em qualquer momento não são fruto de um determinismo tecnológico ou organizacional, mas das estratégias e poderes relativos dos distintos atores. Os padrões dominantes em qualquer momento não refletem necessariamente portanto o conjunto de opções mais

eficientes. No entanto os padrões consolidados podem implicar num certo grau de irreversibilidade, através do efeito de "lock-in" (Dosi, G., 1988, Arthur, W. 1985) - por exemplo, a mecanização expulsa trabalhadores que saem definitivamente do meio rural; o "take-over" de empresas locais elimina alternativas à oligopolização.

ii) rupturas tecnológicas, e/ou institucionais e mercadológicas podem criar fortes oportunidades de renegociar o poder econômico e reorganizar/redistribuir as atividades produtivas ao longo da cadeia. Formas de associativismo da produção familiar podem apresentar uma alternativa eficaz à pressão de economias de escala em certas atividades. Novas tecnologias podem permitir a reincorporação de atividades de beneficiamento no meio rural. Novos padrões de consumo, revalorizando o "natural" podem favorecer uma reintegração entre a agricultura e o consumo. Iniciativas em sentido contrário porém podem ser igualmente promovidas pelos outros atores da cadeia estimulando a concentração da produção agrícola e/ou uma redução ainda maior do espaço do rural no conjunto do sistema agroalimentar.

A agroindústria, como a sua própria palavra denota, representa a persistência da atividade agrícola no processo da sua industrialização. Embora a trajetória da industrialização aponte para a transformação do produto agrícola em insumo industrial, a agricultura continua também como fornecedora de alimentos finais. Mais ainda, ela serve como parâmetro para a qualidade do próprio produto industrial. Assim brechas são abertas na forte

irreversibilidade que caracteriza o processo mais global de industrialização. (Dosi, G. e Metcalfe, S., 1991, Wilkinson, J. 1992) Nos outros setores a produção tradicional é resgatada apenas em forma de artesanato de luxo, mas no sistema alimentar o produto agrícola concorre e ganha terreno contra o alimento agroindustrializado. Isto é mais um reflexo do grau de indeterminação que caracteriza este conjunto de atividades e serve para destacar a importância de um enfoque que privilegia a noção da pluralidade de estratégias e opções tecnológicas e organizacionais e o peso fundamental do poder econômico na conformação do padrão agroindustrial.

Na seção seguinte exploramos o papel da agroindústria como articulador de mercados e promotor de integração socio-econômica através de exemplos específicos baseados principalmente do caso brasileiro. Na seção final, consideraremos brevemente o impacto de componentes-chaves do novo cenário agroindustrial e alimentar sobre as opções de articulação entre a agroindústria e a agricultura.

REFLEXÕES SOBRE A DINÂMICA DE INTEGRAÇÃO

De todos os tipos de articulação agroindustrial discutidos na seção anterior o modelo de integração, por envolver diretamente a produção familiar, é o mais relevante do ponto de vista de seus desdobramentos socio-econômicos e abrange tanto a empresa privada quanto iniciativas de cooperativismo. Nesta seção vamos desenvolver algumas considerações gerais sobre a dinâmica de integração a partir da realidade brasileira.

A indeterminação de muitas atividades agrícolas em relação ao padrão tecnológico e à economias de escala embute uma forte dose de pragmatismo nas formas de articulação entre a agricultura e a agroindústria. Neste trabalho não vamos considerar os setores agroindustriais onde a grande produção agrícola predomina. Aqui a dinâmica de integração socio-econômica passa mais pela questão das condições de trabalho da "boia-fria" - extensão dos direitos trabalhistas e sociais ao campo. Historicamente porém à medida em que esta categoria alcance níveis relevantes de organização ela enfrenta a ameaça de substituição pela mecanização. O carácter temporário e migrante deste trabalho dificulta tanto a organização sindical quanto a conquista dos mínimos direitos de cidadania. O trabalho migrante e a mobilização excepcional de

força de trabalho (férias escolares) tem sido as formas tradicionais de lidar com a peculiaridade deste tipo de organização da produção agrícola.

A grande agroindústria irrigada, na medida que a sua importância aumente, merece atenção especial porque a pluralidade de safras permite o modelo de mão-de obra permanente e será abordada no final deste trabalho.

Para um conjunto de situações existe o que chamamos uma "afinidade eletiva" entre a agroindústria e a produção familiar. Questões genéricas ligadas à natureza da produção familiar certamente exerce uma influência - a flexibilidade, intensidade, auto-motivação e o baixo custo de oportunidade da mão de obra. Outros fatores porém são igualmente importantes - habilidades acumuladas em relação aos produtos visados para integração, a capacidade para absorver tecnologia e sinergias entre os produtos visados e o conjunto das atividades da propriedade. Autonomia em relação aos meios de produção também aparece como fundamental, favorecendo a figura do proprietário. (Servolin, C., 1972)

O modelo de integração agroindustrial apresenta-se como o caminho privilegiado de modernização quando um produto tradicionalmente cultivado no contexto da produção familiar torna a assumir importância estratégica no mercado urbano-industrial.

Esta dinâmica não se limita a produtos alimentares. A matéria

prima industrial - o algodão - ou os produtos tradicionais de exportação - o fumo - também podem ser o alvo de integração. No Nordeste brasileiro o algodão sustentou a produção familiar por muitas décadas. Mas neste caso, a dependência fundiária da produção familiar (parceria na grande propriedade) tornou-se um fator de fragilização e a articulação agroindustrial foi intermediada pelo latifúndio. O estímulo à pecuarização desincentivou o combate ao bocado e facilitou um duplo deslocamento: para o algodão herbáceo e para o sul do país. (Para o caso de Paraguai, veja Ortiz, P.C., 1993)

O fumo é um produto tradicional da roça, mas a agroindústria agora totalmente monopoliza o caminho ao mercado, integrando um grande contingente de produtores familiares no Brasil. Esta atividade porém não se apresenta com uma opção genérica para a produção familiar. Totalmente dependente da agroindústria, a produção de fumo é altamente concentrada regionalmente e em termos do tipo de produtor. (Paulilo, M.I.S., 1990)

Entre os alimentos associados à produção familiar, a distinção não deve ser entre produtos tradicionais e modernos, mas entre os produtos integrados ou não ao circuito agroindustrial. As razões deste processo de seleção tem sido exaustivamente debatidas, mas o importante de reter aqui é que o leite, o frango e o suíno são componentes tão tradicionais quanto o feijão e a mandioca na produção familiar.

Na medida em que os países em desenvolvimento (e os países asiáticos) estejam em plena transição para uma dieta de proteína animal que por sua vez representa ainda o eixo principal do consumo alimentar também nos países industrializados, estes produtos tornam-se estratégicos para o sistema alimentar tanto doméstico quanto de exportação.

Trata-se ao mesmo tempo de produtos de relevância para o conjunto da agricultura familiar. No Brasil, por exemplo, a metade das propriedades do país tem alguma atividade de suinocultura ou de leite. Ao mesmo tempo, embora sendo alvo de agroindustrialização, estes produtos exigem pouco beneficiamento para chegar ao mercado. Acesso tradicional ao mercado portanto co-existe com a integração. Desenvolveremos as implicações disto mais adiante.

Duas questões colcocam-se aqui. Em que medida a produção familiar consegue tornar-se o elo privilegiado do sistema agroindustrial nestas rubricas? Qual é a abrangência destas cadeias levando em conta projeções sobre a dinâmica do mercado e os pacotes tecnológicos? Examinamos estas questões em relação a três cadeias - aves, suínos e leite. (Veja Wilkinson, J. 1994)

A cadeia Avícola

A revolução tecnológica na criação de aves é por demais conhecida. O ciclo de reprodução foi apropriado industrialmente

através da ruptura genética representada pela tecnologia de hibridização. A nível da granja, a galinha caipira foi

substituída por uma especialização imposta pela genética entre frango de corte e a produção de ovos. Os pintinhos são entregues pela empresa integradora junto com as rações cuja composição varia de acordo com a idade.

As dimensões desta revolução podem ser apreciadas com base nos seguintes dados. Um aviário de 100 x 12 metros quadrados aloja entre 12.000 - 13.000 aves. Em 45 dias o frango está pronto para o abate, pesando 1.5k com base num consumo de 3 kilos de ração, o que permite, entre cinco ou seis lotes de aves por ano. Assim, sem prejuízo às outras atividades da roça, um membro da família em tempo parcial é responsável pela criação de mais de 100.000 kilos de carne por ano. No Brasil, o consumo per capita oscila em torno de 15 kilos por ano. Portanto, cada família de integrados com apenas um aviário, pode abastecer quase 7.000 consumidores durante um ano inteiro e um pouco mais de 4.000 destes produtores podem abastecer um país de 30 milhões.

Do ponto de vista da empresa integradora, a articulação com a produção familiar representa uma estratégia para minimizar a concentração da produção e portanto o poder de barganha do lado agrícola - e regra geral é um aviário por integrado. A empresa integradora dá aval ao produtor e prepara o projeto de crédito de investimento, mas é a produção familiar que arca com os custos do aviário. Assim, a empresa simultaneamente exerce um controle

sobre o perfil dos integrados e desonera-se de altos investimentos fixos. As empresas portanto podem concentrar os seus investimentos no lado industrial - o valor de compra de um frigorífico pode ser menor do que o valor dos aviários dos integrados deste frigorífico. (Costa, A.D., 1990.)

Para a produção familiar, estima-se que durante os cinco anos de pagamento do investimento num aviário, cujo valor fica em torno de US\$25 mil, a receita dos frangos mal cobre as prestações. O custo da instalação porém fica diluído, sendo muitas vezes inclusive subsidiado, pela receita global da granja. O mesmo mecanismo funciona também para amortecer a baixa remuneração do próprio frango.

A medida em que o pacote tecnológico seja assimilável pela produção familiar esta forma de integração tem portanto amplas vantagens para a empresa. Por outro lado, as filas de pretendentes à integração mostra a importância desta atividade para a receita global da produção familiar. As vantagens estendem-se ao aproveitamento da mão-de-obra que é complementar às outras demandas da granja e do adubo orgânico que representa as vezes o maior incremento de renda através de um aumento na produtividade da lavoura.

Em 1992-3 a receita de aves dos integrados da Sadia no município de Chapecó, Santa Catarina representou em média 39% da margem bruta da granja, seguida por milho 18%, bovinos 11%, feijão 8%,

suínos e soja 5% cada, e outros 14%. (Em outros anos porém, aves contaram para 50%.) Neste mesmo ano a receita média da atividade de aves por lote era US\$1.183,78, ou uma receita anual de US\$6.000 para aves e US\$15.000 para o conjunto da roça. Supondo quatro pessoas por família, isto representa 5 salários mínimos por mês por pessoa. Esta receita cai pela metade para os 25% menos produtivos e aumenta 50% no caso dos 25% mais produtivos. Estes são os dados oficiais da Sadia e entrevistas entre os integrados apontaram para receitas mais modestas. De qualquer forma é fácil perceber o interesse também por parte do agricultor familiar na integração avícola. (Boletim, Sadia, Chapecó 1994)

Como vimos, as grandes integradoras buscam uma articulação com a produção familiar, inclusive desincentivando a multiplicação de aviários na mesma propriedade e opondo-se portanto à especialização e à concentração. Mesmo assim, um aviário é modular e pode ser de cinquenta ou até de vinte e cinco metros de comprimento sem afetar a produtividade. As vantagens de uma escala maior vêm dos custos da logística - entrega de rações e pintinhos e coleta para abate - e da assistência técnica. O diferencial de custos poderia ser minimizado com o uso de métodos alternativos de extensão e em casos onde houver um agrupamento de pequenos produtores para a questão do transporte. As Cooperativas em princípio seriam mais abertas a estas opções.

É possível portanto desenvolver estratégias para uma maior difusão da avicultura moderna entre a pequena produção. Os níveis

de produtividade porém não permitem que esta atividade seja um componente nas opções do conjunto deste setor. Pior ainda,

alternativas competitivas ou de agroindustrias de produção própria ou de agricultura em grande escala incorporando valor agregado à sua lavoura ameaçam estreitar o espaço que a produção familiar ocupa nesta rúbrica.

A Suinocultura

Tanto no elo agrícola como agroindustrial existe uma forte convergência entre a avicultura e a suinocultura. As integradoras normalmente operam nas duas atividades e para a produção familiar elas formaram uma dupla de pequena criação. Tanto quanto a avicultura, a moderna suinocultura tem pouca a ver com a atividade tradicional dirigida prioritariamente à venda da banha. O porco carne veio com a introdução de novas raças, mais exigentes em rações e cuidados. Com os investimentos em chiqueiros, medicamentos e complementos para rações, a suinocultura deixou de ser uma atividade de quintal para se tornar a atividade principal de um sistema de produção precisando uma retaguarda substancial de lavoura para rações.

Diferentemente porém da avicultura, o ciclo completo que envolve a reprodução e a criação dos leitões para então começar a fase de terminação para abate foi mantido no âmbito da propriedade agrícola, como também a produção e preparação das rações. Ao mesmo

tempo, o período de abate embora reduzido pela metade em relação ao porco tipo banha é o dobro de aves e a taxa de conversão também quase o dobro. Assim, um produtor integrado típico de suínos produziria doze mil quilos anos contra os cem mil quilos de aves.

Não pode-se comparar diretamente o consumo de aves e suínos. Na América Latina a carne suína é consumida mais em forma de "lanche" e pela classe média e o consumo per cápita em geral fica bastante abaixo de aves e bovinos. A baixa produtividade, porém, quando comparada com aves, implica que a suinocultura incorpore muito mais produtores e representa uma opção importante para a produção familiar. No caso brasileiro, um produtor integrado típico com oito reprodutores abastece grosso modo 1.500 consumidores contra 7.000 no caso de aves. Assim, para um país de 30 milhões com o mesmo padrão de consumo do Brasil, seriam necessários 20 mil integrados.

O modelo de integração agroindustrial de suínos portanto favorece a produção familiar e tem muito maior abrangência que a avicultura. Duas qualificações porém são importantes. Por um lado, ele incorpora preferencialmente o produtor familiar melhor situado, tanto em termos de potencial de investimentos fixos quanto de área de lavoura para rações. Por outro tem que enfrentar a concorrência de articulações agroindustriais nitidamente empresariais.

Diferentemente do caso de aves, a dinâmica do pacote tecnológico de suínos está em plena evolução e impõe um forte processo de seleção entre os integrados. Provavelmente dois terços dos produtores tradicionais de suínos no Brasil estão agora alejados desta atividade ou vem as suas atividades bastante reduzidas à medida em que as integradoras monopolizam e virtualmente eliminam o mercado "livre". (EPAGRI, 1991) A consolidação do modelo de integração implica numa diminuição brutal tanto do mercado "oficial" (inspecionado) quanto do clandestino. (Wilkinson, J. 1993, FJP, 1993)

Embora as agroindustriais visam também os mercados populares, uma boa fatia destes mercados é abastecida por pequenas e médias agroindustrias o que abre uma brecha para os "excluídos". O forte aumento de produtividade no setor integrado e na agricultura empresarial por outro lado pressiona para baixo os preços unitários o que também dificulta a sobrevivência de produtores familiares independentes. De qualquer forma, em regiões onde não existe o modelo de integração, a concentração da produção agrícola de suínos tende a ser maior.

Iniciativas de pequenos agricultores não-integrados porém estão abrindo a possibilidade de acompanhar a evolução da organização do mercado. Assim, um grupo destes produtores formam uma associação - um condomínio - e fazem investimentos coletivos que permitem uma especialização entre a produção de leitões e a fase de terminação. Numa terra alugada ou cedida, a produção dos leitões é encarregada a um assalariado dos condomínios.

remunerado muitas vezes em forma de parceria. Os membros do condomínio recebem os leitões para a fase de terminação. Esta iniciativa, que implica uma forte inovação institucional redefinindo a divisão de trabalho para contornar as limitações da pequena propriedade, tem sido bastante difundida nos Estados do Sul do Brasil com aumentos importantes de produtividade. Iniciativas próprias dos agricultores familiares portanto podem ampliar as suas oportunidades além das opções abertas pela agroindústria de integração. (Campos, I, 1987)

No caso de suínos, o pacote tecnológico está em pleno processo de evolução. Novos híbridos (livres de patógenos ou com tipo de carcaça específico) estão levando à quebra do modelo de ciclo completo, separando a produção de leitões da fase de terminação. Ao mesmo tempo, o suprimento de rações começa a obedecer o modelo de aves, sendo a cargo da integradora. Nesta maneira, pode-se prever novas economias de escala, que podem inclusive representar uma ameaça à articulação entre a agroindústria e a produção familiar nesta atividade, sobretudo onde a grande lavoura opta pela agroindustrialização de carnes. (Mior, L.C. 1992)

A Cadeia do Leite

A outra rúbrica fundamental da cadeia protéica é o leite bovino, uma atividade típica da produção familiar, mas que, ao mesmo tempo, pode ser igualmente um sub-produto da pecuária extensiva. Muitos fatores tem limitado a modernização deste setor no

contexto latinoamericano - clima, falta de tradição de consumo, potencial de importação de leite em pó para reidratação. Mas existem também fatores específicos a este produto. A qualidade intrínseca do leite depende menos da tecnificação ou do melhoramento genético do que cuidados mínimos de higiene na tiragem e controle sobre as condições de coleta. Assim, a produção de leite pode ser uma atividade basicamente extrativista e isto tem sido a vantagem da atividade tradicional e o que ajuda a explicar a pouca modernização do setor. (FJP, 1990)

Em contraste com aves e suínos, os avanços genéticos e de nutrição não tem sido suficientes para impor uma ruptura com os sistemas de produção mais tradicionais. Melhorias no pasto e em manejo, compatíveis com a produção familiar, tem se mostrado tão eficazes quanto avanços no pacote genético-nutricional. Avanços genéticos mais recentes - bovino somatotropina, transferência de embriões - prometem ser muito mais importantes nas próximas décadas e abrirão talvez a porta para acelerar a automação e informatização desta atividade.

A média de rendimento por vaca/dia no Brasil é baixíssimo, em torno de 2 litros e o consumo também fica aquém das recomendações dos organismos internacionais - 100 litros per capita/ano. Com um plantel de cinco vacas e uma média de cinco litros por vaca, cada propriedade familiar abasteceria um pouco menos de cem pessoas. Assim, para um país de trinta milhões precisaria 300.000 produtores. No contexto atual portanto o leite oferece a maior

perspectiva de renda para a conjunto da produção familiar.

Dadas as características específicas do leite e o seu duplo papel como produto flúido e como insumo industrial, a cadeia agroindustrial de leite apresenta uma estrutura muito heterogenea. A diferença entre leite *in natura* e leite flúido - a pasteurização - é fundamentalmente uma medida de regulação sanitária. O mercado de leite *in natura* é bastante ampla sobretudo em torno das cidades do interior e a metade do leite produzido no Brasil passa por pequenos laticínios e queijarias não fiscalizados.

Por outro lado, as grandes agroindustrias de derivados também se aproveitam dos custos mais elásticos para baixo do setor não tecnificado e as pressões vindas da industria são mais de escala na coleta do que na imposição de um pacote tecnológico. A pressão para políticas favorecendo tecnificação surge principalmente dos produtores de bacias leiteiras especializadas e reflete a dificuldade de eliminar a competitividade do setor tradicional através de uma ruptura tecnológica. (Wilkinson, J. 1993) Assim, políticas punitivas de regulação - novos padrões de higiene na agricultura e na industria - constituem-se numa ameaça maior.

Na mesma forma dos "condomínios" de suínos, os pequenos produtores de leite estão inovando para enfrentar o desafio de maiores escalas. Um grupo de produtores aluga uma área de pasto para concentrar o gado sob os cuidados de um contratado - uma

iniciativa que permite maior especialização e concentração da atividade sem prejudicar a dinâmica da produção familiar. Este tipo de iniciativa amplia as perspectivas de integração do segmento da produção familiar ameaçado pelas exigências de integração tanto da Cooperativa quanto da empresa privada.

Podemos concluir portanto que dos segmentos da cadeia proteica tradicionais à produção familiar e cruciais na pauta de consumo urbano-industrial, a avicultura já nasceu como uma atividade de poucos, a suinocultura de uma base muito mais ampla encaminha na mesma direção, enquanto o leite ainda apresenta-se como uma atividade importante para o conjunto do setor.

LIMITES E POTENCIAL DE INTEGRAÇÃO VIA AGROINDUSTRIA

Da seção anterior podemos concluir que, em relação a outras opções, o modelo de integração agroindustrial tem oferecido as maiores perspectivas para que a produção familiar valorize as suas atividades tradicionais (pecuária leiteira, pequena criação, lavoura de rações e pastos) e se transforme na base privilegiada de fornecimento destas rúblicas que constituem o eixo central do consumo alimentar moderno.

Mostramos ao mesmo tempo que, embora uma opção atraente para a produção familiar, este modelo tende a ser cada vez mais excludente e a forte assimetria de poder favorece abusos por parte da agroindustria sobretudo onde os integrados não alcançam formas eficazes de organização. Assim deveria-se explorar opções alternativas ao modelo dominante de integração, tanto no sentido de maior abrangência no número de integrados quanto de formas de viabilizar a pequena e média empresa agroindustrial.

Já apontamos às possibilidades de menores níveis de concentração da atividade agrícola sem prejuízo à produtividade. Neste sentido é interessante que a própria Sadia inclua um aviário de 50 e não 100 metros no seu sistema de produção familiar ideal para o ano 2000. As Cooperativas porém mostram-se mais sensíveis à estas possibilidades que as grandes empresas privadas.

O modelo de integração combina a articulação *via* produção familiar com uma enorme concentração no lado agroindustrial. O próprio fato de não investir diretamente na agricultura libera recursos para investimentos industriais. Como consequência as pequenas e médias agroindustriais são rapidamente absorvidas. Este processo porém é muitas vezes ativamente estimulado pela política de Bancos de Investimento a nível nacional e regional. Nas localidades de integração, as empresas integradoras frequentemente consolidam relações privilegiadas com o poder criando grandes barreiras à entrada e uma situação de virtual monopólio, além da mobilização de recursos locais para obras de infraestrutura. Quando mais de uma empresa opera na mesma região, acordos de cavalheiros impedem que os integrados mudem de "cliente". (Silva, H.L., 1991)

O poder econômico portanto não define apenas as relações entre a empresa e os integrados mas consolida também a organização do mercado. Assim, as vezes cria-se um processo de irreversibilidade que impede que outros modelos de organização sejam promovidos. No caso específico de aves e suínos no Brasil, a maior eficiência da grande integradora vis-a-vis médias empresas na produção de *commodities* pode ser questionada à medida em que a base tecnológica se banalize e as condições para a sua maior difusão aumentem.

Por visar o conjunto dos mercados e sobretudo os de maior renda, os grandes grupos precisam incorrer em muitos gastos de

propaganda e pesquisa de mercado. Tudo indica porém que em relação aos produtos básicos - frango inteiro, presuntado, salchicha - existe pouca fidelidade de marca e muita sensibilidade a preço. Assim, Cooperativas e empresas regionais localizadas mais perto dos mercados, contanto que tenham acesso à matéria prima em condições competitivas, poderiam oferecer um modelo alternativo, mais descentralizado em termos locacionais e de capital.

Vimos que as grandes integradoras favorecem a produção familiar em rubros chaves para o moderno sistema alimentar. Ao mesmo tempo eles exercem uma pressão de "seleção-exclusão" que não explora possibilidades de viabilizar pequenas propriedades através de iniciativas de reorganização produtiva. Assim, os condomínios na produção de suínos e os pastos em comun no setor leiteiro dependiam da mobilização autonoma dos produtores. Na medida, portanto que as integradores lidem com o produtor em forma individual e com base no *status quo* de um acesso desigual aos fatores produtivos elas aceleram processos de exclusão que podiam ser em parte contornados com inovações de reorganização.

Extrapolando do caso brasileiro, podemos concluir que nas rúbricas das *commodities* chaves para o consumo popular urbano-industrial, a agroindustria de integração favorece a produção familiar mas já induz um nível de produtividade que faz destas

atividades opções cada vez menos abertas ao conjunto destes produtores. Num primeiro momento a agroindústria promove uma concentração regional da atividade em prejuízo a outras regiões, para depois estimular uma forte tendência de exclusão dentro da própria região.

Ao mesmo tempo, a evolução do padrão tecnológico tende a minar a integração das atividades que definem a policultura tradicional da produção familiar. Uma vasta literatura mostra que a policultura corresponde à disponibilidades diferenciadas de mão-de-obra, à sinergias entre diferentes produtos, e aos objetivos combinados de auto-abastecimento, geração de renda e sustentabilidade do sistema produtivo. (Romeiro, A. 1994) No início, a integração agroindustrial potencializava e aproveitava deste conjunto sistêmico de atividades. A suinocultura de integração estimulava a produção de milho que por sua vez permitiu a expansão de feijão, plantado em rotação. A tendência à quebra do ciclo completo na suinocultura vem acompanhada de uma apropriação das atividades de rações pela empresa integradora, seguindo o modelo da avicultura. Assim, a articulação lavoura-pecuária tende a ser rompida, fragilizando a sinergia das atividades agrícolas.

Mostramos acima que um dos trunfos da produção familiar para a empresa integradora era precisamente a sua capacidade de absorver o impacto dos custos de investimentos e de baixas nos preços dos rúbricos de integração na receita global da propriedade e nos seus altos níveis de auto-abastecimento. Não é de surpreender portanto

que a agroindústria começa a se preocupar com a viabilização do conjunto das atividades do integrado e duas grandes integradoras no sul do Brasil - a Souza Cruz e a Sadia - já lançaram modelos para a produção familiar do futuro. As integradoras portanto mostram-se conscientes da necessidade de repensar a viabilidade sistêmica da produção familiar. O modelo tradicional continha apenas três componentes - a produção de subsistência, o produto de integração (aves, suínos, leite) e os insumos para este produto em forma de rações (pasto, lavoura, outras culturas forrageiras). Assim, a integração via um único produto predominava.

Agora, face à concentração da produção ao aumento de exigências de receita como resultado da crescente monetarização da vida rural, precisa-se de uma diversificação maior das atividades que geram receita. Ao mesmo tempo, a intensificação da produção decorrente da integração tende à ampliar as atividades agrícolas em terrenos inaptos, provocando erosão. Reflorestamento e culturas perenes portanto surgem neste contexto como prioridades.

Nos modelos apresentados por estas agroindústrias porém o conjunto das atividades propostas ultrapassa as competências das próprias empresas integradoras. Estas empresas podem até reorientar a sua assistência técnica no sentido de um acompanhamento global das atividades agrícolas dos integrados. O futuro dos produtos propostos - reflorestamento, citricultura, erva mate e leite - porém depende de articulações com outras

agroindústrias. A promoção e adaptação destas novas culturas exigem esforços de pesquisa e fomento bem como agroindústrias que garantem o período de consolidação.

Num período de reconversão portanto o modelo tradicional da empresa integradora, fundamentalmente organizada em torno de um único produto, torna-se menos apropriado. Ou estas empresas assumem novas responsabilidades na área de fomento, que seria difícil dada a especialização destas empresas em determinadas mercados, ou outras estruturas - por exemplo as Cooperativas - deveriam ser favorecidas pelos órgãos de financiamento a longo prazo. De qualquer forma, algum tipo de responsabilidade deveria ser colocada na porta das integradoras à medida em que elas, com grande apoio do setor público, estruturaram a dinâmica destes segmentos da produção familiar nos seus moldes atuais. Há indícios porém, que este conjunto de tensões no modelo tradicional de integração está levando as empresas a privilegiar uma especialização da atividade agrícola, abandonando a preferência para a produção familiar diversificada. Nos termos de referência deste *paper*, a micro-eficiência econômica começa a se contrapor à integração social da produção familiar.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A NOVA CONJUNTURA

Quais as conclusões que podemos tirar da análise anterior? Um cenário otimista apontaria para a possibilidade de reciclar aspectos da competitividade da produção familiar em relação aos produtos dinâmicos da nova conjuntura. Assim, a medida que as *commodities* - primeiro a lavoura de rações (milho, soja, pasto) e depois a pecuária intensiva (aves, suínos e finalmente leite) - alcancem escalas que ultrapassam os limites da produção familiar baseada em policultura, as novas rubricas de frutas e verduras valorizariam o trabalho intensivo e os cuidados de uma produção familiar, agora especializada.

Neste cenário, a tendência latino americana de abrir os mercados domésticos às *commodities*, (inclusive não alimentares como algodão) ainda subsidiadas dos países industrializados, também favoreceriam este tipo de especialização "competitiva", refortalecido ao mesmo tempo pela evolução dos padrões de consumo nos países industrializados.

Do ponto de vista dos aspectos de segurança alimentar ligados à noção de acesso a alimentos baratos, este cenário teria igualmente o seu lado positivo. Uma maior especialização/escala na produção e/ou importação de *commodities* beneficiaria o consumidor popular, enquanto o valor agregado das frutas e verduras viabilizaria uma renda adequada para a produção em pequena escala e divisas compensatórias no caso de exportações.

Por outro lado, uma visão mais crítica das oportunidades abertas pela reorientação para produtos agrícolas não-tradicionais, visando sobretudo as exportações, chamaria a atenção para os seguintes elementos:

Estes mercados são altamente competitivos e instáveis, onde America Latina tem que concorrer com as exportações de Israel, da Africa do Sul e do Norte, e dos países mediterraneos, para não falar na produção doméstica dos EUA e da Italia. Caracterizado por ciclos de *"boom and bust"* o segmento de *"fresh fruits and vegetables"*, embora em crescimento, representa um pouco mais de 10% do valor global do comércio alimentar e a participação dos países do terceiro mundo também mantem-se estável em torno de 11% (Goodman & Watts, 1993 apud Buckley, 1990).

Este modelo de agricultura intensiva, tende a exigir grandes investimentos em infraestrutura - ou para reciclar fora de economia tradicional tipo "plantação", ou para implantar irrigação em áreas novas. Dispendioso em recursos escassos como energia e agua e baseado em altos subsídios, este modelo favorece sobretudo grandes grupos, nem sempre agroindustriais, como no caso do Nordeste brasileiro. O padrão de contratos com a produção familiar tende a ser minoritário - prevalecendo nos contextos da maior risco e menor poder de barganha face aos outros elos da cadeia - cedendo lugar para a mão-de-obra assalariada. (Raynolds et al, 1993)

Na America Latina, este modelo tem sido viabilizado com base num pacote que incorpora níveis de pesticidas - danosos para os produtores, os "*life support systems*" e os consumidores.

(Murray, D.L. & Hoppin, 1993, Guivant, J. 1993), muito embora o seu uso decorra também das exigências de "qualidade" por parte destes últimos. Ao mesmo tempo o pacote técnico envolve produtos e sistemas de manejo que representam uma ruptura com as tradições da produção familiar como também das competências acumuladas dos sistemas nacionais de pesquisa e extensão (na área de P&D o caso do Chile seria uma exceção comprovando a regra). As regiões propícias a estes novos produtos nem sempre coincidem com as áreas dos setores da produção familiar em crise pela evolução do modelo "rações/carnes".

Alguns destes elementos certamente representam os desafios inevitáveis de reconversão e uma maior regulação e consolidação deste setor poderiam abrir espaços maiores para o modelo de contratos de integração com a produção familiar. O esforço porém de redirecionar a agricultura fundamentalmente para os mercados externos de produtos não-tradicionais num contexto de abertura ao comércio internacional, como institucionalizado a partir dos acordos do GATT, deixa de levar em conta outros aspectos da conjuntura atual.

Não vamos entrar aqui nos debates cada vez mais intrincados sobre "Fordismo" e "pos- ou neo-Fordismo" e as suas implicações para a agricultura. (Friedmann, H. 1993, Boyer, R. 1993, Goodman & Watts, 1993, McMichael, P. & Myhre, 1991, Williams K. et al, 1987, Kenny, M., et al, 1989). Fica claro porém, que estamos num período *sui generis* em que opções alternativas de reorganização econômico-social e política estão ainda em fase de cristalização. Ao mesmo tempo, estas ainda mal delineadas opções, pela própria polarização dos conceitos utilizados, envolvem a mobilização de interesses fortemente contrários: "globalização x regionalismo/localismo", "descentralização x concentração", "segmentação x homogeneização", "crescimento sem emprego x crescimento qualitativo", "competitividade x *living standards*".

As palavras chaves - "flexibilidade" e "qualidade" - servem apenas para camuflar estas trajetórias distintas. A flexibilidade por exemplo apela para as virtudes de agilidade de resposta, falta de rigidez e de entraves burocráticos que idealmente permitiria uma melhor adequação à demanda, mas serve também para justificar a eliminação de direitos sociais e econômicos duramente adquiridos. Já analisamos algumas ambiguidades embutidas na noção de qualidade. Em seu nome, normas sanitárias transformam-se em mecanismos de proteção não-tarifária entre países, enquanto nos mercados domésticos o apelo à qualidade funciona como uma arma punitiva contra o setor tradicional/informal, estimulando a concentração dos mercados. O uso perigoso de pesticidas também decorre de exigências de qualidade, agora interpretada como "boa aparência". Por outro

lado, a noção de qualidade pode levar à valorização de características competitivas da produção familiar, tanto por parte da agroindústria quanto dos próprios consumidores.

A atual política de inserção competitiva porém favorece o predomínio de uma agricultura cada vez mais especializada e empresarial. Isto implica num deslocamento progressivo da produção familiar das rúbricas agroindustriais básicos que visavam prioritariamente o mercado doméstico e que já foram analisadas acima. Ao mesmo tempo, os projetos de reconversão, amplamente subsidiados, atraem grandes investidores e modelos agroindustriais com preferência para mão-de-obra assalariada, muot embora a falta de consolidação de um mercado de trabalho e sistemas mais rudimentares de irrigação possam favorecer formas híbridas de "parceria" (Graziano da Silva, J., 1989)

Os termos de referência deste *paper* não permitem uma apreciação mais detalhada da opção de transformação da produção familiar em mão-de-obra assalariada. Uma ampla literatura nos mais diversos contextos indica que esta categoria é caracterizada por condições de extrema marginalização. É possível que um sistema de culturas de ciclo curto permita a consolidação de uma força de trabalho permanente e estável, mas os estudos sobre este setor na Califórnia, no México e na América Central não apontam nesta direção (Sanderson, S. 1986, Burbach & Flynn, 1982).

Antecipando as nossas conclusões diríamos portanto, que uma política agroindustrial precisa visar o refortalecimento da produção familiar nas rubricas agroindustriais tradicionais favorecendo iniciativas de reorganização agrícola e priorizando estruturas de associativismo e Cooperativismo no elo agroindustrial. Nos projetos agroindustriais de reconversão, os Bancos de Fomento devem favorecer modelos agroindustriais de integração.

Como pode-se justificar esta postura face às pressões de competitividade? Cinco pontos podem ser enfatizados aqui.

1. A noção de competitividade muda de sentido a medida que o Estado não funciona mais como amortecedor de externalidades e o crescimento econômico se combina com o desemprego e o mercado informal. Aos custos unitários de maiores escalas deveria-se acrescentar os custos de desemprego, desequilíbrio regional, maior desgaste da infraestrutura e equipamentos públicos tanto na zona rural como na urbana. (Recentemente o Governo francês impediu um projeto de investimento com altas escalas na avicultura/suinocultura com base nestes motivos - Perret, B. e Roustang, G., 1993). O sistema de especialização a nível da unidade produtiva e a prioridade para abertura e competitividade internacional tem sido amparados também com fortes subsídios para transporte à distância distorcendo o desenvolvimento regional. (Pode-se argumentar ainda que este modelo que prioriza trocas à distância e um conceito "micro" de competitividade mina

o senso de comunidade e de cidadania e o comprometimento com o bem público, refletido em evasão de impostos.)

2. Considerações ecológicas apontam para a importância de reverter o modelo de especialização a favor de uma agricultura baseada em sistemas de produção que aproveitam adequadamente os recursos naturais, ao mesmo tempo em que empregam mais racionalmente a mão-de-obra disponível. Estes valores podem inclusive tornarem-se vantagens mercadológicas a medida em que o consumidor valorize a origem e as condições de produção. Aqui novamente, o conceito de externalidades aplica-se com mais força ainda.

3. As trajetórias de ciência e tecnologia aplicadas ao setor não apontam unicamente para maiores níveis de especialização e escala. Incertezas a respeito da aceitabilidade da engenharia genética abre uma brecha para a exploração de enfoques alternativos enfatizando controle biológico dentro de um conceito de ecossistemas. A informática permite o controle de fluxos em unidades produtivas descentralizadas, possibilitando uma reversão da tendência de integração vertical. A miniaturização de processos tecnológicos possibilita a reapropriação de aspectos da cadeia agroindustrial no âmbito rural (micro usinas de beneficiamento) .

4. Existe um consenso que o subsidiamento de custos operacionais tende a gerar ineficiências (um princípio aceito agora até nos

casos extremos dos assentamentos de reforma agrária). Os investimentos públicos porém, tanto de infraestrutura como de fomento que são decisivos para a competitividade e para os projetos de reconversão, imbutem um viés de prioridades desfavorável à viabilização da produção familiar, subsidiando empreendimentos em grande escala. Para reverter este processo os investimentos de reconversão deveriam visar prioritariamente um modelo de organização agroindustrial que incorpore a produção familiar como elo privilegiado de abastecimento agrícola.

5. Por mais que a abertura ao comércio internacional seja importante como um componente de estímulo à produtividade, a noção de competitividade não deve ser reduzida à participação nos mercados internacionais nem identificada com o bem estar ou, nos termos deste *paper*, a integração socio-econômica.

Se entendemos competitividade como "adequação ao mercado" a agroindustria, no caso brasileiro, (mas provavelmente isto pode ser estendido ao conjunto dos países de America Latina), mostra-se menos competitiva que o setor informal em muitas rubricas de consumo alimentar básico. Embora a evasão de impostos, possa-ser um componente, é claro que a agroindustria não tem como estratégia a massificação e barateamento de produtos de consumo popular. Há indicações que, com a banalização da base técnica agrícola bem como de muitas tecnologias de processo no setor alimentar, sistemas agroindustriais mais simples e regionalmente distribuídos poderiam ser competitivos - por exemplo na área de carnes e leite. Isto levaria a uma distribuição melhor de renda

com reflexos positivos para a produtividade e o bem-estar globais e funcionaria como alavanca para a valorização do mercado interno.

CONCLUSÃO

A participação da produção familiar nas cadeias tradicionais de articulação com a agroindústria e cruciais para os padrões de consumo popular no contexto urbano-industrial, está sendo fragilizada pelo modelo organizacional e tecnológico dominante. Ao mesmo tempo a forma de promoção e implantação dos projetos visando produtos "não-tradicionais" tende a favorecer um modelo agroindustrial nitidamente empresarial e baseado em assalariamento, embora sistemas de contrato também existam. O ambiente de liberalização e as noções de competitividade prevalentes aceleram estas tendências.

Por outro lado, estamos num período de profundo questionamento dos parâmetros de organização econômica e social. Preocupações com emprego, equilíbrio regional e ecologia dão respaldo a um modelo agroindustrial que privilegia a produção familiar. Ao mesmo tempo, o caráter genérico das tecnologias que vão redefinir o padrão agroindustrial - informática e biotecnologias - abre um grande espaço para inovação nas formas de organização do sistema agroalimentar. Assim, no momento em que o potencial da estrutura produtiva de oferta perde a sua rigidez, o poder se desloca para o eixo da demanda possibilitando um forte impacto retroativo com base nas iniciativas do consumidor/cidadão. Neste contexto, a perspectiva de reorientar as políticas de reconversão produtiva para refortalecer a produção familiar apresenta-se como mais favorável.

Bibliografia

- Arroyo,G. y Rama, R. Agricultura y Agroindustria en America Latina (?), 1978, Mexico
- Arthur, W.B. Competing Techniques and Lock-in by Historical Events, Stanford,1985
- Boyer,R. L'Agriculture, terrain de choix pour les recherches en economie institutionelle, Cahiers d'Economie et Sociologie Rurales, No.29,1993
- BNB-ETENE, Estudos sobre a Agroindustria no Nordeste, Fortaleza,1994 (8 vols)
- Burbach R. & P. Flynn, Agroindustria nas Americas, Zahar, Rio,1982
- Buttel,F. H. Twentieth Century Agricultural- Environmental Transitions: A Preliminary Analysis. Sept,1993(mimeo)
- Campos, I. Os Colonos do Rio Uruguai, 1987 (mimeo) Paraiba
- Costa,Armando Dalla, Sadia. Complexo Carnes, (tese, mimeo),
- Carta da CPE, Leite e Laticinios:Tendencias e Impactos sobre a Bahia. Fundacao CPE,1993
- Davis,J.H. & Goldberg,R. A Concept of Agribusiness, Harvard,1957
- Dosi,G. Sources, Procedures and Microeconomic Effects of Innovation. Journal of Economic Literature XXVI
- Dosi,G. & Metcalfe,S. Approches de L'Irreversibilite en Theorie Economique. in Les Figures de L'Irreversibilite en Economie ed Boyer,R. et al, 1991
- Epagri, Caraterísticas Gerais e Proposições de P&D para a Região Formada pelo Oeste Catarinense.....1991 (V.M. Testa et al.)
- Empasc, Tipificação dos Pequenos Estabelecimentos Agrícolas do Oeste Catarinense.,1989 (Ogliani et al.)
- Faiguenbaum, S. Modos de Integracion entre Agricultura y Agroindustria.El caso de la Agricultura de Contrato con Pequenos Produtores en Chile, Tese de Mestrado, VM/CPDA/UFRRJ,1992
- Friedmann,H. The Political Economy of Food: A Global Crisis, New Left Review,No. 1971993

FJP, Os Principais Problemas da Bovinocultura de Leite, 1990

FJP, O Complexo Proteico: Carne de Frango, 1993

Goodman D & Watts M. Reconfiguring the Rural or Fording the Divide? Capitalist restructuring and the Global Agrofood System, 1993 (mimeo)

Goodman, D. Sorj, B. & Wilkinson, J. From Farming to Biotechnology, Blackwells, 1987

Graziano da Silva, J. Complexos Agroindustriais e Outros Complexos, Revista Reforma Agraria, 1991

Graziano da Silva, J. A Irrigação e a Problemática Fundiária do Nordeste, 1989

Green, R. Estrategias y Cambios Organizativos de los grupos Alimentarios Frente al Mercado Europeo, in El Sistema Agroalimentario ante el Mercado Unico Europeo, ed M. Rodriguez-Zuniga, Madrid, NEREA, 1992

Guivant, J. S. Agrotoxicos e Segurança Alimentar na Sociedade de Risco, mimeo, SOBER, Brasília, 1994

Kenny, M. et al. Midwestern Agriculture in U.S. Fordism: from the New Deal to economic restructuring, Sociologia Ruralis, Vol. 29(2), 1989

IPLANCE, Síntese da Situação Atual da Suinocultura e Ovino Caprinocultura Cearense, 1993

Krugman, P. Competitiveness: A Dangerous Obsession, Foreign Affairs, Abril, 1994

McMichael, P. & Myhre, D. Global Regulation vs the Nation State, Capital & Class, 43, 1991

Malassis, L. Economie Agroalimentaire. Tome 3, Cujas, 1986

Mior, Luis Carlos, Empresas Agroalimentares. Produção Familiar e Competitividade no Complexo de Carnes. (tese, mimeo), 1992

Morales, C. La Agroindustria en la Region y las Relaciones Contractuales. CEPAL, 1993

Muller, G. Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária, Hucitec, 1990

Murray, D. L. & Hoppin, P. Recurring Contradictions in Agrarian Development: Pesticide Problems in Caribbean Basin Nontraditional Agriculture. World development, 1993

Ortiz, P.C. La Articulacion de la Agroindustria Paraguaya con los Productores primarios y los Mercados. CEPAL, Assuncion 1993

Paulilo, M.I.S., Produtor e Agroindustria: Consensos e Dissensos. UFSC, Florianopolis, 1990

Perret, B. & Roustang, G. L'Economie contre la Societe. Esprit/Seuil, Paris, 1993

Porto, L. La Metodologia de Compleos y Cadenas Productivas: Una Revision. CIEDUR, Montevideo, 1990

Raynolds, L.T. et al The "New" Internationalisation of Agriculture: A Reformulation. World Development, Vol. 21, No. 7, 1993

Romeiro, A. Producao Familiar e Meio Ambiente na Agricultura Brasileira. (mimeo), 1994

Sanderson, S. The Transformation of American Agriculture. Princeton Univ Press, 1986

Servolin, C. L'Absorption de l'Agriculture dans le Mode de Production Capitaliste. Paris, 1972

Silva, H.L. A Gestao do Territorio pelo Grupo Sadia no Municipio de Concordia. Santa Catarina, 1991, tese (mimeo)

Sorj, B. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Zahar, 1980

Sorj, B. & Wilkinson, J. The Biotechnology Strategies of Leading Agrofood Firms. in Biotechnology, Agriculture, Food. OECD, Paris, 1990

UNDESC, As Condições de Vida dos Moradores de Áreas Irregulares em Chapecó. 1994, (Liliane Moser)

Wilkinson, J. Competitividade na Industria de Abate e Preparacao de Carnes. IE/UNICAMP-IEI/UFRJ-FDC-FUNCEX, 1993

Wilkinson, J. Competitividade na Industria de Laticinios. IE/UNICAMP-IEI/UFRJ-FDC-FUNCEX, 1993

Wilkinson, J. Ajustamento a um Sistema Alimentar Orientada para a Demanda. Ensaio FEE, Ano 14 No1, 1993

Wilkinson, J. Agroindustria e Perspectivas para a Producao Familiar no Brasil. FAO/INCRA, 1994

Williams K. et al The End of Mass Production? Economy & Society, Vol16 No.3, 1987